

# RELAÇÕES ENTRE ATIVISMO E ESTADO: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA GLTTB DE CAMPINAS

Vinícius Pedro Correia Zanoli RA: 093219

(email: vzanoli@gmail.com)

Orientadora: Profa. Dra. Regina Facchini

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - UNICAMP  
PAGU – NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO DA UNICAMP

Agência Financiadora: CNPq

**Palavras Chave:** Políticas Públicas - Homossexualidade - Movimento LGBT - Estado.



**Objeto e objetivos:** A primeira política pública brasileira voltada para o combate à homofobia a contar com um Centro de Referência (CR) foi implementada em 2003 em Campinas, no interior de São Paulo. O objetivo desta pesquisa foi recuperar o processo de produção dessa política pública, situando as relações entre Estado e movimento social.

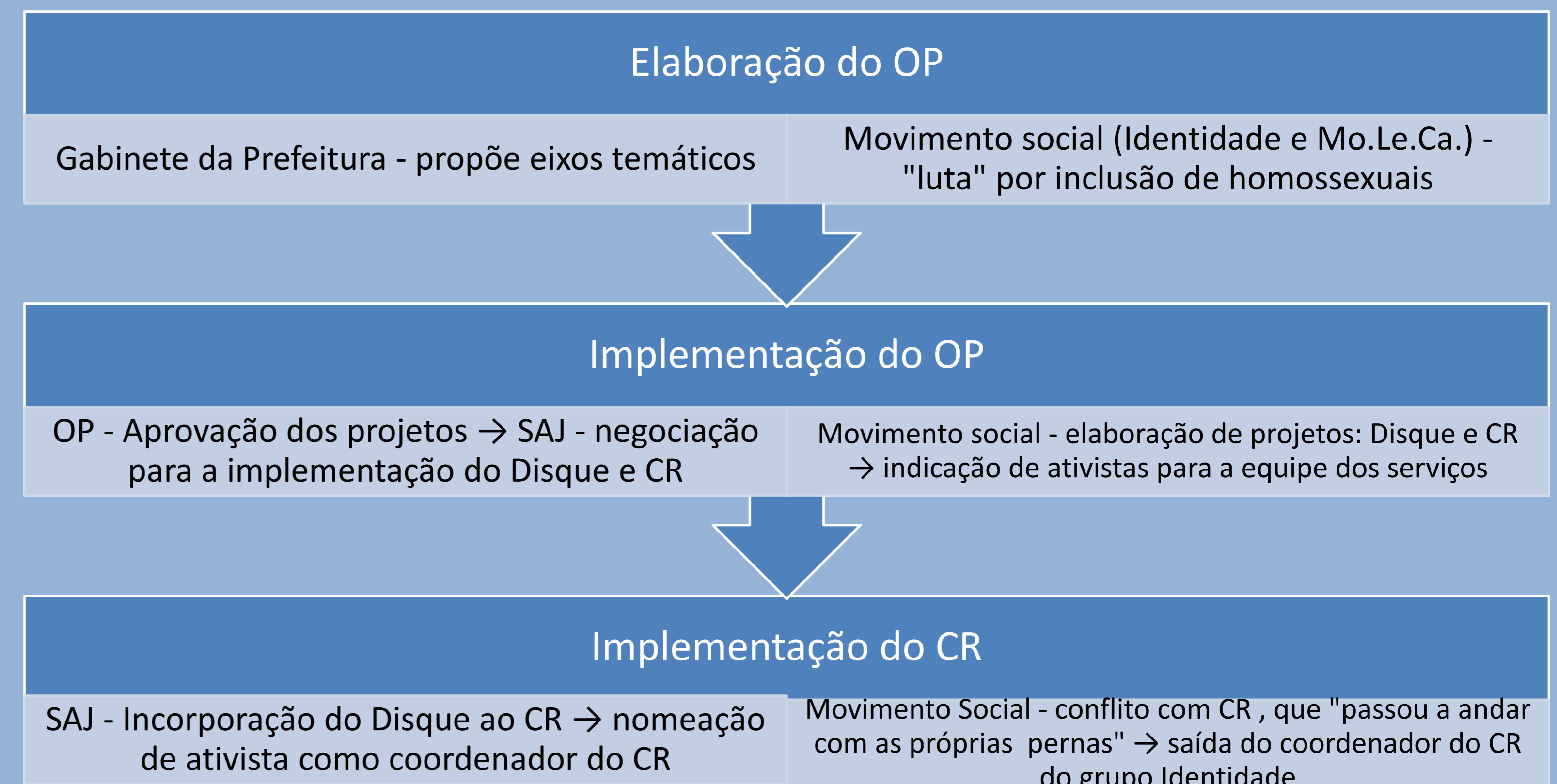
**Metodologia:** A pesquisa se valeu de observação etnográfica, entrevistas, análise documental e revisão de literatura sobre movimentos sociais, movimento LGBT, políticas públicas e gestão participativa. O foco de análise foi identificar os atores envolvidos nesse processo político e investigar as relações estabelecidas entre eles.

**Resultados e conclusão:** Em 2001, ao assumir a prefeitura de Campinas o Partido dos Trabalhadores (PT) adotou o Orçamento Participativo (OP) como ferramenta de gestão. Nas reuniões para a implementação do OP, elencaram-se temáticas que funcionavam como eixos em que seriam alocados os setores da “sociedade civil organizada” no debate: saúde, assistência, cidadania, cultura e esporte, desenvolvimento econômico, educação, gestão. Em princípio, no entanto, o movimento LGBT (de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) não foi convidado a participar em nenhum dos eixos temáticos.

O movimento LGBT existe em Campinas desde 1995, sendo que os grupos mais atuantes no período em que se iniciou o processo do OP eram o Identidade e o Mo.Le.Ca. (Movimento Lésbico de Campinas). Inconformados com a exclusão, esses dois grupos deram início ao que denominaram processo de “luta pela inclusão dos homossexuais no OP”. Esse embate, exitoso, resultou na alocação da subcategoria “homossexual” ao eixo temático “cidadania”, junto aos “negros”, “idosos”, “jovens”, “portadores de deficiência” e “mulheres”.

Com a implementação do OP, em 2002, o movimento LGBT teve aprovada a criação de um Disque-Defesa, que acolheria denúncias de crimes homofóbicos. Como resultado das negociações com a Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) da cidade, os representantes do movimento LGBT indicaram um ativista (integrante do grupo Identidade) para coordenar o serviço.

Ainda em 2002, o movimento LGBT apresentou ao OP o projeto, aprovado no mesmo ano, de criação do CR, que ofereceria assistência social, jurídica e psicológica a LGBT. A escrita do projeto envolveu ativistas do Identidade, do Mo.Le.Ca., um ativista que depois viria a fundar o E-Jovem (uma “rede jovem LGBT”) e uma ativista que mais adiante fundaria o Aos Brados (grupo ativista cujo foco é a atuação “na periferia”). De acordo com os entrevistados, no entanto, mesmo depois de aprovado, o projeto do CR demorou a sair do papel. Essa demora e as dificuldades no processo de negociação desgastaram as relações dos ativistas, principalmente os que



faziam parte do Identidade, com o Estado, especialmente com a SAJ.

O principal ponto de tensão foi a demanda do movimento por indicar todos os funcionários da nova política, dado que a proposta fora pensada por eles. Na negociação, o movimento pôde indicar a advogada, integrante do Mo.Le.Ca. Além disso, o coordenador do Disque-Defesa, ativista do grupo Identidade indicado pelo movimento LGBT, se tornou também coordenador do CR, o que resultou na incorporação do Disque-Defesa ao CR. Os demais funcionários foram remanejados do quadro de funcionários públicos municipais.

O CR foi inaugurado em 31 de julho de 2003. No período que segue à sua inauguração as relações de tensão entre movimento e Estado se deslocam da figura da SAJ para a coordenação do CR. As tensões entre Estado e movimento tornaram o duplo pertencimento institucional insustentável para o coordenador do CR, que acaba por se desligar da atuação no grupo Identidade.

Essa breve descrição do drama que envolve a relação entre diferentes atores sociais no processo de formulação e implementação de uma política pública nos ajuda a refletir sobre as conexões ativas (Doimo, 1995) do movimento social em questão, e sobre os trânsitos e múltiplos pertencimentos institucionais que têm se tornado cada vez mais comuns no período pós-redemocratização no Brasil, com a ampliação da participação do movimento social na formulação e implementação de políticas públicas (Facchini, 2009). Nesse drama, não só os contornos do que é entendido como Estado e como movimento social são continuamente produzidos e negociados, como os próprios papéis de cada um desses atores são continuamente reelaborados. A partir de uma abordagem relacional e processual (Strathern, 1996), o olhar para a porosidade das fronteiras entre Estado e movimento social verificada no campo nos permite problematizar um olhar que toma tais atores como entidades discretas e homogêneas.

## Bibliografia Básica:

- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.
- FACCHINI, Regina. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o ‘campo’ e para a ‘arena’ do movimento LGBT brasileiro”. *Bagoas*, Natal, n. 4, pp. 131-158, 2009.
- STRATHERN, Marilyn. “Cutting the Network”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 2, No. 3, pp. 517-535, 1996.